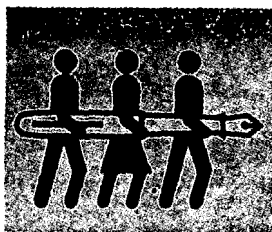


Aconteceu

CONSTITUINTE



Proposta do Plenário Nacional
Pró-Participação Popular
na Constituinte (ver pág. 9)

KARDEX	(X)
MC	()
PP	()
DOC. GERAL	()

CENTRAIS SINDICAIS

Reivindicações da CUT: Compromisso com transformações sociais, efetiva soberania e liberdades democráticas; Diretas já; Jornada semanal de 40 horas; Estabilidade no emprego; Plebiscito para grandes questões nacionais; Liberdade de greve; Liberdade de organização por local de trabalho; Liberdade e autonomia sindicais; Estatização do sistema financeiro; Controle popular sobre dívida externa; acordos secretos; e venda de riquezas.

Reivindicações da USI: Mandato presidencial de quatro anos; Autonomia sindical com manutenção da atual estrutura; Proteção Especial à criança; Melhor distribuição de renda; Novo currículo escolar; Formação de Conselhos, por trabalhadores, empresários e Governo para gestão dos fundos da Previdência; Salário-mínimo digno; Prioridades para Saúde e Educação; Controle das taxas de juros; Limitação dos gastos públicos.

Reivindicações da CGT: Fim do Presidencialismo; Nomeação, pelo Congresso, dos principais Chefes das Forças Armadas; Aquisição de propriedades rurais vedada a grupos estrangeiros; Pleno direito de greve; Jornada de trabalho de 40 horas semanais; Estabilidade no emprego; Participação no lucro das empresas; Reformas Agrária e Urbana; Ensino público gratuito em todos os níveis; Autonomia e liberdade sindicais. (Ver págs. 2 e 3)

Aconteceu

Nº 397 - Fevereiro/1987

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial
Heloíza de Souza Martins
José Oscar Beozzo
José Ricardo Ramalho
José Roberto Pereira Novaes
Zwinglio Mota Dias

Editor
Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em: *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais de todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 60,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ.

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:
Cz\$ 120,00

Assinatura de apoio:
Cz\$ 200,00

América Latina: US\$ 30 América do Norte: US\$ 40 Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.
Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 60,00

América Latina: US\$ 50 América do Norte: US\$ 65 Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241
Rio de Janeiro — RJ.

Constituinte

PMDB FARÁ PROPOSTA PARA EVITAR MUDANÇA NA CONSTITUIÇÃO

Pressionado dentro e fora de seu partido, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), recuou ontem e disse que poderá retirar sua proposta que define o Congresso constituinte soberano até para mudar a Constituição em vigor. Ele afirmou que na próxima semana a cúpula do PMDB deverá apresentar uma proposta "de consenso" a respeito da soberania do Congresso constituinte. Ontem, depois de saber das reações negativas do Palácio do Planalto à sua proposta, Maurílio Lima tentou marcar uma audiência com o presidente José Sarney, afirmando não querer "afetar a estabilidade do Palácio do Planalto". Ele admitiu que as pressões contrárias à sua proposta são fortes, disse que irá explicar sua posição ao presidente e que está disposto a apoiar qualquer outra proposta alternativa do partido. A proposta do deputado foi apresentada na última quarta-feira, na forma de uma questão de ordem preliminar e de um projeto de resolução ao Congresso constituinte. Pelo projeto, a Mesa do Congresso constituinte poderia mudar qualquer artigo da atual Constituição, através de voto secreto e por maioria absoluta. Defenderam a tese pró-soberania a esquerda do PMDB, o PT, PDT, PCB e PC do B. Foram contrários, os moderados do PMDB, o PFL, PTB, PDS e PF. (FSP - 7/2/87)

SINDICATOS TRAÇAM PERFIL DOS PARLAMENTARES

Enquanto o Congresso constituinte discute seu regimento, o Departamento Intersindical de Ação Parlamentar (Diap) levanta a relação dos constituintes que foram eleitos com o apoio da UDR ou são simpáticos às teses da entidade. Até a última sexta-feira havia contabilizado 25. Segundo o Diap, defendem os interesses da UDR no

Congresso constituinte: senador Irapuan Costa Jr. (PMDB-GO), deputados Bezerra de Melo (PMDB-CE), Nyder Barbosa (PMDB-ES), Jales Fontoura (PFL-GO), José Freitas (PMDB-GO), Siqueira Campos (PDC-GO), Paulo Roberto Cunha (PDC-GO), Pedro Canedo (PFL-GO), Roberto Balestra (PDC-GO), Davi Alves Silva (PDS-AM), Alysso Paulinelli (PFL-MG), Mário Bouchardet (PMDB-MG), Arnaldo Rosa Prata (PMDB-MG), Virgílio Galassi (PDS-MG), Gandi Jamil (PFL-MS), José Elias Moreira (PTB-MS), Rubem Figueiro (PMDB-MS), Alarico Abid (PMDB-PR), Fausto Fernandes (PMDB-PA), Dionísio Dall Pra (PFL-PR), José Carlos Martinez (PMDB-PR), Giovanni Massini (PMDB-PR), Mateus Iensen (PMDB-PR), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e José Egreja (PTB-SP). (FSP - 8/2/87)

CNBB DISCUTIRÁ FORMAS DE ATUAÇÃO

Em sua reunião da próxima quinta-feira, a comissão da CNBB vai discutir a divulgação dos trabalhos do Congresso constituinte (inclusive pelo rádio) junto às suas comunidades, a forma de contato com os parlamentares, as propostas que apresentará e sua articulação com outros grupos de pressão. Preparando esse encontro, o padre Virgílio Leite Uchôa promoveu, na quinta-feira à noite, uma reunião preliminar que contou com a presença de representantes do PT e PMDB. No momento, a maior preocupação da CNBB, segundo representantes da entidade, é a democratização do regimento interno, para garantir a participação popular na elaboração da nova Constituição. Para isso, a CNBB já encampou proposta do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte. O arquiteto Francisco Whitaker Ribeiro, um dos coordenadores desse movimento, passou a semana no Congresso recolhendo a assinatura de parlamentares numa moção pedindo que projetos com mais de trinta mil assinaturas de cidadãos sejam encaminhados automaticamente pelas comissões do Congresso constituinte. A Folha apurou, no entanto, que a CNBB planeja promover reuniões informais com os parlamentares "mais sensíveis" às suas teses. Segundo o padre

Virgílio, as posições da Igreja já estão definidas no documento "Exigências Cristãs para uma Ordem Constitucional", no qual se defende, entre outras coisas, a reforma agrária, a criação de um defensor do povo, a primazia do trabalho sobre o capital e o direito de representação das minorias. (FSP - 8/2/87)

EVANGÉLICOS E CONSTITUINTE

Se os católicos tentam uma ação coordenada com outros grupos sociais, os evangélicos procuram tentar uma unidade. Afinal, possuem uma forte bancada dentro do Congresso constituinte: são 33 entre os 559 parlamentares. Essa unidade evangélica, porém, vai ser difícil a curto prazo. Numa primeira reunião, eles se dividiram entre os que defendiam um debate mais político no encontro. Os deputados Fausto Rocha (PFL-SP) e Daso Coimbra (PMDB-RJ) chegaram a advertir os parlamentares de primeiro mandato para que não se envolvessem em "questões controversas", como a reforma agrária, ou partissem para uma violenta pregação anticomunista. Do outro lado do espectro evangélico estão os deputados Lysâneas Maciel (PDT-RJ), presbiteriano, e Benedita da Silva (PT-RJ), defensora da reforma agrária, da Igreja Pentecostal. (FSP - 8/2/87)

DANTE PROPOE FRENTE POR REFORMA NA CONSTITUINTE

O Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, propôs ontem a criação de uma frente interpartidária de Deputados e Senadores Constituintes em favor da Reforma Agrária. Ele disse que os Deputados e Senadores, independente de coloração partidária, que defendem a reforma agrária e "vêem nela um avanço social e econômico para o Brasil", devem agir em bloco para que "espaços significativos sejam conquistados na nova Constituição". Dante de Oliveira afirmou que o Ministério não está empenhado em fazer lobby em favor da Reforma Agrária, mas, através de seus técnicos permanecerá em contato com os

Constituintes para defender mudanças que facilitem a execução da reforma. Ele disse que até agora não existe um trabalho elaborado pelo seu Ministério, mas acha que a função social da terra, definida no artigo 2º do Estatuto da Terra, deve se transformar em dispositivo constitucional. Oliveira entende que é importante também que seja alterada a atual norma constitucional referente à indenização das terras desapropriadas e que lhes garante valor de mercado. Para o Ministro, a manutenção desta norma transformará o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) "numa grande imobiliária". (O GLOBO - 6/2/87)

CUT SÓ CRÊ EM AVANÇO COM POVO MOBILIZADO

"Qualquer avanço, nesta Constituinte, depende da capacidade de mobilização popular. É aí que entra a responsabilidade do movimento sindical, que será discutir cada ponto junto com os trabalhadores e pressionar os redutos eleitorais dos Deputados. E não ficar apenas marchando sobre o Congresso". Essa é a receita do Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneguelli, para os trabalhadores terem participação na Constituinte. A CUT já está elaborando uma proposta completa sobre todos os pontos que julga serem prioritários. O documento será concluído no próximo dia 18 e enviado para as centrais estaduais e regionais, que deverão incluir emendas. Temos que agir - afirma Meneguelli -, porque a organização do povo é a única solução para este País. Meneguelli diz que Constituinte ideal "é utopia". Ele revelou também que a CUT já organizou um quadro comparativo das propostas formuladas por todos os partidos, pela OAB, pela Igreja e pelas centrais sindicais. (O GLOBO - 8/2/87)

APÓS A CARTA, A CGT ACELERA O SEU TRABALHO

A conclusão dos trabalhos de elaboração da nova Carta não será, para as centrais

sindicais, o fim de seus trabalhos, mas o início do que o Presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, considera o mais importante: exatamente o trabalho pós-Constituinte. É mais importante, porque é aí que se define se os artigos da Constituição ultrapassarão a barreira da letra morta. A Constituição de 46, por exemplo, garante a participação nos lucros das empresas, só que essa participação até hoje não saiu - portanto, não adiantou nada. Por essa razão, vamos trabalhar para que a maioria dos artigos seja auto-aplicável, sem necessidade de leis ordinárias de regulamentação. E como conseguir isso? Joaquinção espera que mantendo o lobby cegetista após a conclusão da nova Carta. A CGT vai permanecer em Brasília para acompanhar, ainda com mais rigor, as discussões para a elaboração das leis ordinárias. (O GLOBO - 8/2/87)

PARA USI, O CONGRESSO É CONSERVADOR DEMAIS

"Sou partidário do socialismo, mas não confundam: meu socialismo é de centro". A declaração é do Presidente da União Sindical Independente (USI), Antônio Pereira Magaldi. Com essas suas atuais convicções, ele vai "tentar conscientizar os trabalhadores sobre a importância da Constituinte e mobilizá-los". No entanto, não tem muitas esperanças de uma Constituição avançada, pois entende que o perfil do Congresso Nacional "é conservador demais". Teremos que arregimentar os trabalhadores para manter a defesa dos interesses sociais - afirma ele, de clarando que nas eleições para a Prefeitura de São Paulo votou em Jânio Quadros, do PTB, e para o Governo do Estado optou por Paulo Salim Maluf, do PDS. (O GLOBO - 8/2/87)

Política Nacional

CENTRAIS DECIDEM POR NOVA GREVE GERAL

Depois de seis horas de ásperas discus-

sões, os dirigentes das três centrais sindicais (CUT, CGT e USI) e das nove confederações nacionais de trabalhadores decidiram ontem iniciar uma mobilização nacional para a realização de uma nova greve geral, possivelmente no mês de abril. A paralisação, que será analisada e referendada numa plenária nacional intersindical no dia 2 de abril em Brasília, visa pressionar o governo a atender as reivindicações dos trabalhadores, entre as quais a reforma agrária, "o fim da sangria da dívida externa", o congelamento dos preços e salário mínimo real. O calendário fixado pelos sindicalistas inclui a realização de assembleias de categorias, atos públicos e passeatas numa primeira fase. As assembleias intersindicais e plenárias estaduais viriam num segundo momento, desembocando na plenária nacional do dia 2 de abril. Até lá, os sindicalistas pretendem encaminhar ao presidente José Sarney um documento, onde, além de fazerem uma análise da conjuntura nacional, apresentam um elenco de vinte reivindicações, das quais oito são prioritárias. CUT e CGT concordam, entretanto, que este calendário poderá ser antecipado caso se acelere a deterioração da situação econômica do país. "Se a crise econômica se acirrar vamos ter que antecipar o calendário", afirma Meneguelli. (FSP - 6/2/87)

CUT VAI PROCESSAR BROSSARD QUE A CULPOU PELO "BADERNAÇO"

A Central Única dos Trabalhadores vai processar o ministro da Justiça, Paulo Brossard, o ex-porta-voz do Palácio do Planalto, Fernando César Mesquita, e o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, por responsabilizarem a organização, em vários pronunciamentos, pelo quebra-quebra ocorrido no dia 27 de novembro do ano passado na capital. A CUT vai processar as três autoridades por calúnia e difamação, com base no resultado do trabalho da comissão criada pelo governo do DF, que não apontou o culpado pela depredação - se a polícia ou a CUT - e apresentou apenas as falhas. Além do processo, o deputado Luiz Eduardo Gushiken (PT-SF) está assessorando a CUT

para encontrar uma fórmula de requerer na Justiça o mesmo tempo utilizado na televisão pelo ministro no dia do badernaço para responder às suas acusações. De acordo com o presidente da CUT-DF, Chico Vigilante, as medidas serão tomadas nos próximos dias. "Só estávamos esperando o resultado do trabalho da comissão criada pelo governo do Distrito Federal". (JB - 4/2/87)

Trabalhadores Urbanos

METALÚRGICOS DO ABC INICIAM MOBILIZAÇÃO GERAL

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Jair Meneguelli, disse ontem que os trabalhadores devem estar "em ponto de bala" para a greve, "se for necessário". A pauta unificada, que reúne onze sindicatos vinculados à CUT, foi apresentada aos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, contendo as reivindicações de 11,7% de aumento real, 54% de reposição, fora os 20% do "gatilho" de janeiro; escala móvel mensal; piso salarial de Cz\$ 5.600,00; 40 horas semanais; férias em dobro; salário profissional (um mínimo para cada função, para evitar a rotatividade); horas-extras só para serviços emergenciais; controle do processo de automação; fim da mão-de-obra temporária; estabilidade no emprego; comissão de fábrica; alimentação e transporte gratuito, além das creches. Da assembleia de ontem participaram quinhentos metalúrgicos. A base do sindicato de São Bernardo e Diadema tem 137 mil, 50% dos quais sindicalizados. (FSP - 7/2/87)

METALÚRGICOS DE SP DECIDEM NÃO FAZER GREVE

A greve que estava sendo ameaçada pelos metalúrgicos de São Paulo foi descartada ontem depois que o Grupo 14 da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que reúne 22 sindicatos patronais do setor, garantiu a aplicação do "gatilho" salarial, concedendo reajuste automático de 20% a partir de 1º de fevereiro, disse Luiz Antonio Medeiros, presidente do Sindi-

cato dos Metalúrgicos de São Paulo. Numa assembleia realizada às 19h, diante da sede do sindicato, à rua do Carmo, região central de São Paulo, cerca de 2,5 mil dos cem mil metalúrgicos sindicalizados (na capital de São Paulo, são 370 mil no total) aceitaram a proposta da Fiesp. Decidiram porém reabrir negociações com a entidade patronal já a partir da próxima semana com o pedido de "gatilho" mensal, com base nos índices de inflação medidos pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicos), além de decretarem assembleia permanente. (FSP - 7/2/87)

SERVIDORES DE UNIVERSIDADES MARCAM GREVE PARA MARÇO

Os mais de 100 mil servidores das universidades brasileiras entrarão em greve, por tempo indeterminado, a partir do início do ano letivo de 1987, ou seja, em março próximo. A paralisação foi aprovada ontem, no encerramento do 4º Congresso Nacional da Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra). Os servidores reivindicam a isonomia salarial (equiparação) entre as funções e as autarquias e uma reposição salarial de 84 por cento. A Presidente da Fasubra, Vânia Galvão, disse que a diferença salarial entre servidores das fundações e das autarquias, em alguns casos, chega a 21 por cento. Muitos funcionários de autarquias recebem menos que o salário-mínimo, e os maiores salários nessas instituições não chegam a Cz\$ 4 mil. (O GLOBO - 7/2/87)

BANCÁRIOS FAZEM CAMPANHA POR GATILHO E AUMENTO REAL

Os bancários iniciaram oficialmente ontem uma ampla mobilização em todo o país para forçar os bancos a abrirem negociações em torno da reivindicação de novos reajustes salariais. Segundo Lucio Cesar Pires, coordenador do Comando Nacional de Negociações e vice-presidente da Federação dos Bancários de São Paulo, Mato Grosso e Mato

Grosso do Sul, que reúne 370 mil dos 650 mil bancários no Brasil, a categoria quer o imediato disparo do gatilho salarial (20%) e que ele incida sobre o piso salarial, que hoje é de Cz\$ 2.300,00, além de um aumento real ainda não definido a partir de março, itens que serão apresentados aos representantes dos bancos no próximo dia 12. (FSP - 3/2/87)

CPFL AMEAÇA COM DEMISSÃO OS QUE MANTIVEREM GREVE

A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), uma das três empresas energéticas do Estado, sediada em Campinas (95 km a noroeste de São Paulo), deve começar hoje a demitir os cem eletricitários do setor de manutenção, que insistem no movimento de greve branca deflagrado anteontem. Os grevistas reivindicam um reajuste salarial de 50% sobre os 30% concedidos no mês passado, durante a greve de toda a categoria. (FSP - 5/2/87)

FÁBRICA TENTOU IMPEDIR VOLTA DE GREVISTAS

Numa posição nada comum, a Timinas, fabricante de tanques de combustível para veículos, localizada em Betim (MG), tentou impedir ontem o reingresso na fábrica de seus 160 empregados, que tiveram, na véspera, julgada legal pelo TRT (Tribunal Regional do Trabalho) a greve de 23 dias para exigir elevação do piso salarial e melhores condições de trabalho. Para garantir o retorno ao trabalho, o sindicato da categoria teve que pedir garantia à Polícia Militar. O que a empresa tentou foi transformar a greve legal em ilegal - acusou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, José Onofre de Souza, ao explicar que o TRT deu aos trabalhadores prazo de 24 horas para retornarem ao serviço, sob pena de perderem o pagamento dos dias perdidos e as conquistas obtidas (elevação do piso salarial de Cz\$ 1 mil 536 para Cz\$ 2 mil 412; redução da jornada de trabalho; meio litro de leite por dia, etc.). (JB - 6/2/87)

TERMINA A GREVE DOS SAPATEIROS

Durou menos de 48 horas a greve que cerca de quatro mil trabalhadores de oito indústrias de calçados de Franca deflagraram esta semana por novos índices de reajuste salarial. Pressionados pelo Sindicato dos Trabalhadores a cumprirem o acordo que a entidade firmara com a classe patronal - 54% de reajuste somados ao IPC e piso de Cz\$ 2.200,00 -, os grevistas resolveram interromper o movimento, convencidos - segundo o presidente da entidade, Fabio Candido da Silva - de que a paralisação só beneficiaria os funcionários graduados. (FSP - 7/2/87)

CONSTRUÇÃO CIVIL DO RJ FAZ ACORDO

Os trabalhadores da construção civil do Rio decidiram anteontem à noite em assembléia, que teve a presença de cerca de setecentas pessoas, rejeitar a proposta de greve e aprovar a celebração de acordo com os patrões. Pelo acordo, homologado ontem no Tribunal Regional do Trabalho, os trabalhadores receberão reajuste de 100% do IPC de março de 86 a fevereiro de 87, que pode chegar a 66,81% calculando-se em 15% a inflação de janeiro e fevereiro, abono de 35% a 40% em fevereiro, decorrente da alteração da data-base do dissídio de fevereiro para março, produtividade de 7% e o estabelecimento do piso salarial em Cz\$ 8,00 por hora para os serventes e Cz\$ 13,00 para os profissionais. (FSP - 7/2/87)

OS SERVIÇOS DOS CORREIOS VOLTAM AO NORMAL EM SP

Os 52 Centros de Distribuição Domiciliária (CDD), 157 agências, 23 postos de entrega telegráfica e cinco centrais de triagem da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) da Grande São Paulo operaram normalmente ontem, após a suspensão da greve de advertência (de 48 horas) realizada por cerca de 90% dos oito mil funcionários operacionais na última terça e quarta-feira. Os trabalhadores reivindicam, entre outros

itens, reajuste de 80% sobre o salário pago em dezembro passado, acrescido da antecipação de 10% dada pela empresa em janeiro, o que corresponderia a um salário médio de Cz\$ 3.618,00. (FSP - 6/2/87)

Trabalhadores Rurais

ATAQUES CONTRA POSSEIROS AUMENTAM VIOLÊNCIA NO PARÁ

A exemplo do que ocorreu no ano passado, a violência no campo recrudescceu nestes primeiros dias de 1987, com registros de mortes e, principalmente, violentos ataques contra posseiros espalhados na região sul do Pará. Só esta semana, no município de Conceição do Araguaia, a 780 quilômetros de Belém, 150 famílias de camponeses foram expulsas de duas fazendas - Canabrava e Curral das Pedras - por grupos de pistoleiros. A luta pela posse da terra tem sido uma constante na história da ocupação humana do sul do Pará, uma das áreas mais férteis do estado, cobiçada por fazendeiros, garimpeiros e madeireiros. Mas o problema se agravou mais ainda depois que o Governo anunciou o Plano Nacional de Reforma Agrária e se revelou incapaz de realizá-lo. Além dos pistoleiros, para afugentar os posseiros, os fazendeiros estão recorrendo a outros expedientes para descaracterizar o latifúndio e afastar os posseiros: dividem suas propriedades em duas ou três e fazem nova titulação em nome de parentes. O diretor adjunto do Incra atribuiu a violência praticada contra os colonos aos proprietários da fazenda Canabrava, alegando que a área está sub judice, em processo de desapropriação para ser julgado na cidade de Marabá, o que impede uma interferência direta do Incra. Quanto à expulsão de 80 famílias da fazenda Curral das Pedras, Henrique Santiago não tinha maiores detalhes, apenas acrescentando que a propriedade está também em vias de ser desapropriada. O Incra promete assentar até o fim do ano, no Pará, 3 mil 780 famílias em áreas desapropriadas, mas até hoje nenhum assentamento foi feito. (JB - 5/2/87)

COLONOS QUEREM ÁREA DE LATIFÚNDIO EM RONDONIA

Cerca de duas mil famílias estão pedindo a desapropriação dos 9 mil hectares restantes da fazenda Guarajus, que em fevereiro do ano passado teve 21 mil 300 hectares de saptropriados para fins de reforma agrária. Elas alegam que o latifúndio, localizado em Colorado do Oeste, a 614 quilômetros da capital, é improdutivo. Quatrocentos homens estão acampados na área desde 2 de janeiro. O juiz da Comarca de Colorado do Oeste, Paulo Kiyochi Mori, determinou que eles devem abandonar o local até o próximo dia 11. Uma comissão de posseiros está na capital para discutir a questão com o governo. Os colonos estiveram com o superintendente regional do Incra, Odair Martini, que lhes deu "um grande não", segundo disseram. Os colonos afirmam, no entanto, que receberam da assessoria do governador Angelo Angelin a promessa de que a situação ainda será discutida. O clima na área é pacífico, segundo os posseiros. Até o momento houve apenas um incidente, quando um grupo de colonos foi ameaçado por jagunços armados e bêbados em Nova Esperança, a 12 quilômetros do acampamento. (JB - 6/2/87)

SARNEY RECEBE AS CONCLUSOES DO 4º CONGRESSO DA CONTAG

"A reforma agrária virou saco de pancada, de um lado dos trabalhadores e de outro, dos empresários rurais". A afirmação foi dirigida ontem ao presidente José Sarney pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, que lhe entregou um documento com as conclusões do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. De acordo com José Francisco, o presidente Sarney concordou com as reivindicações e até críticas contidas no documento. Em linhas gerais, disse ele, Sarney também não entende como o processo de implantação da reforma agrária - um dos pontos altos do seu programa de governo - anda tão lento. Os trabalhadores apresentaram números comprovando a morosidade: a meta anual, de

assentamento de 150 mil famílias, não foi atingida, pois dos 1,5 milhão de hectares que deveriam ser desapropriados pelo Incra, apenas 500 mil apresentaram capacidade de assentamento para 15 mil famílias. Além disso, continuou o presidente da Contag, o governo vem "atropelando a reforma agrária", uma vez que os recursos da área oficial destinados a projetos de investimentos são dirigidos às empresas rurais. (ESP - 3/2/87)

EXÉRCITO DESTRÓI ACAMPAMENTO DE LAVRADORES NO SUL

Quatro blindados Cascavel, dois caminhões, dois jipes e 100 soldados do Exército destruíram na noite de terça-feira um acampamento de 50 colonos em frente ao Campo de Instrução Militar Marechal Hermes, no município de Papanduva, quase divisa de Santa Catarina com o Paraná, a 350 quilômetros de Florianópolis. Pela manhã, os agricultores haviam tentado invadir a área de treinamento, mas foram impedidos por um pelotão de 30 homens armados de fuzis automáticos, com baionetas caladas. Os agricultores que faziam parte do movimento de invasão são herdeiros das 41 famílias que foram retiradas dos 9 mil hectares do campo por decreto de desapropriação do então presidente Juscelino Kubitschek, em 1956. Em setembro de 1961, os colonos saíram sob pressão e apenas alguns deles receberam indenização. Há quatro anos, os herdeiros - hoje mais de 3 mil espalhados pelo Planalto Norte de Santa Catarina - vêm tentando negociar a retomada da área, através de negociação com o Exército, Incra e governo do estado, ou então pela invasão, que nunca deu certo. (JB - 5/2/87)

Igrejas

PADRES, LEIGOS E BISPOS AMEAÇADOS DE MORTE

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) enviou à sede da Anistia Internacional, na Inglaterra,

e ao Conselho Mundial das Igrejas, em Genebra (Suíça), uma lista contendo os nomes de bispos, padres, religiosas e leigos, num total de 105, ameaçados de morte no Brasil, pelo seu empenho em favor da reforma agrária. A lista foi enviada na semana passada ao governo federal e aos governos estaduais. Os sete bispos ameaçados de morte são o vice-presidente da CNBB e arcebispo de Uberaba (MG), d. Benedito Ulhôa Vieira, o bispo de Bacabal (MA), d. Pascásio Retler, d. Antônio Possamai, de Ji-Paraná (RO), d. Geraldo Verdier, de Guajará-Mirim (RO), d. Aldo Mongiano, de Boa Vista (RR), d. Aparecido José Dias, de Registro (SP), e d. Henrique Froehlich, de Sinop (MT). Os 22 padres sob ameaça de morte trabalham nos Estados de São Paulo, Ceará, Goiás e Bahia e, entre eles, incluem-se alguns estrangeiros, como os padres João van der Heyten, holandês, de Cananéia (litoral sul paulista), e Henri des Rozières, francês, de Gurupi (GO). Das sete religiosas incluídas na lista, duas são francesas: as irmãs Madeleine Hauser e Beatriz Kunch, que trabalhavam com o padre Josimo Moraes Tavares, coordenador da CPT Araguaia-Tocantins, assassinado dia 10 de maio do ano passado em Imperatriz (MA). Entre os 68 leigos que, segundo a entidade, estão ameaçados de morte, encontram-se o advogado da CPT nacional, Osvaldo Alencar Rocha, o assessor da Pastoral da Terra Hamilton Pereira da Silva, candidato derrotado a deputado federal pelo PT goiano, além de presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais e posseiros. (FSP - 7/2/87)

BISPO DE RORAIMA CRITICA 'CALHA NORTE'

A Igreja voltou a criticar a iniciativa do governo federal de implementar o desenvolvimento sócio-econômico e militar junto à fronteira norte do Brasil, através do "Projeto Calha Norte". Neste sentido, uma nota de três páginas, assinada pelo bispo de Roraima, d. Aldo Mongiano, está sendo divulgada nas dioceses católicas da Amazônia. O documento diz que a Igreja não está "glo-

balmente contra" o projeto, mas que sua execução destruirá o "povo ianomami" e favorecerá "uma minoria privilegiada". (FSP - 4/2/87)

D. LUCIANO PODE ASSUMIR SECRETARIA GERAL DO CELAM

O atual secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Luciano Mendes de Almeida, bispo auxiliar de São Paulo, é um dos nomes mais citados, nas conferências episcopais de outros países latino-americanos, para exercer a mesma função, a partir de abril, na secretaria geral do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano), cuja assembléia eletiva será realizada na segunda quinzena de março, em Ipacaray, Paraguai. Se d. Luciano for eleito para o Celam dificilmente será eleito para a presidência da CNBB na assembléia de abril, em Itaici, São Paulo, em que é o candidato mais cotado. A assembléia eletiva do Celam poderá, deste modo, afetar o panorama eleitoral na conferência episcopal brasileira. Mesmo que d. Luciano não seja candidato no Celam, a tendência predominante no episcopado latino-americano é a de garantir aos bispos brasileiros postos destacados no Conselho. Caso não seja eleito para o Celam, d. Luciano poderá eleger-se para a presidência da CNBB. A chapa mais cotada inclui também d. Celso Queiroz, outro bispo auxiliar paulistano, que iria para a secretaria geral da Conferência. (FSP - 4/2/87)

IGREJA CRITICA MAS PARTICIPA DO PLANEJAMENTO FAMILIAR

A Igreja Católica continuará no Programa de Planejamento Familiar organizado pelo Ministério de Saúde, mesmo discordando em vários pontos do projeto preliminar apresentado ontem pelo Presidente do Inamps, Hésio Cordeiro, em reunião com várias representantes de entidades feministas. O

assessor do Planejamento Familiar da CNBB, Monsenhor Pierre Primeau, acredita que o Brasil está cometendo um grave erro ao implantar o programa que, para a Igreja, é anti-familiar e anti-vida. A Igreja só aceita os métodos naturais de prevenção. Eu conheço esse tipo de programa. Começa com a contracepção, aceita-se com algumas restrições a esterilização da mulher e depois passa-se a ter uma mentalidade anti-vida. A filosofia do Inamps é a filosofia anti-vida e anti-familiar. Este trabalho preliminar é totalmente contrário à posição da CNBB - declarou Monsenhor Primeau. (O GLOBO - 5/2/87)

PAPA CONVOCA LÍDERES LEIGOS PARA REUNIÃO EM MAIO NO VATICANO

O papa João Paulo 2º reunirá líderes católicos leigos de todo o mundo, em maio próximo, no Vaticano, para uma reflexão sobre a missão do laicato na Igreja e no mundo, com base nos documentos do Concílio Vaticano 2º. O principal objetivo do encontro extraordinário será a troca de opiniões, entre o papa e os leigos, sobre a missão da Igreja com vistas ao terceiro milênio do Cristianismo. O mesmo tema - "Vocação e Missão dos Leigos na Igreja e no Mundo, Vinte Anos depois do Concílio Vaticano 2º" - será debatido em outubro deste ano, também no Vaticano, por ocasião do Sínodo dos Bispos. Reunião semelhante, a nível latino-americano, poderá também ser promovida até setembro, de acordo com as conclusões do encontro de bispos do Departamento de Leigos do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano), realizado nas últimas duas semanas, em Cuernavaca, México. No Brasil, o CNL (Conselho Nacional de Leigos), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), propôs um encontro de leigos; ainda no primeiro semestre, com os bispos que participarão do Sínodo. Estes bispos serão escolhidos em abril próximo, na assembléia da CNBB. (FSP - 3/2/87)

PROPOSTA DE ARTIGOS A SEREM INSERIDOS NO REGIMENTO INTERNO DA CONSTITUINTE COM VISTAS A ASSEGURAR A PARTICIPAÇÃO POPULAR, APRESENTADA PELO PLENÁRIO PRÓ-PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE DE SÃO PAULO

Art. 1º — Fica assegurada a tramitação de Projeto constitucional apresentado por petição subscrita por mais de trinta mil cidadãos ou por no mínimo duas entidades da sociedade civil que congreguem em conjunto trinta mil ou mais associados, comprovando-se ter a propositura sido aprovada, em assembléia convocada na forma estatutária, pela maioria absoluta de seus membros.

§ Único — Cada petição, relativa aos projetos mencionados, embora contendo mais de um artigo, só poderá referir-se a um único tema.

Art. 2º — Todo Projeto de artigo constitucional entregue ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, obedecido o prescrito no artigo anterior, terá a seguinte tramitação regimental:

I) recebido o Projeto, o Presidente designará, no prazo de 3 (três) dias, a Comissão Especial para dar parecer sobre o mesmo e encaminhá-lo à votação pelo Plenário da Assembléia;

II) ao mesmo tempo, o Presidente enviará a Comissão todos os outros projetos que versarem sobre o mesmo tema e que estiverem em andamento na Casa, bem como aqueles que vierem a ser apresentados dentro do prazo estabelecido no item IV para término dos trabalhos da Comissão;

III) a Comissão Especial será composta por um representante de cada partido com representação no Congresso, podendo os partidos delegar poderes de representação a membros de outros partidos, para integrarem essa Comissão;

IV) a Comissão Especial, uma vez designada, terá 5 (cinco) dias de prazo para instalar-se e 20 (vinte) dias, a partir da instalação para emitir parecer sobre o Projeto que lhe deu origem bem como sobre os que se anexaram a ele;

V) durante o debate do Projeto, na Comissão Especial, deverão ser convocados, até o número máximo de 10 (dez), para prestar depoimento perante seus membros, os representantes das entidades e dos cidadãos, mencionados no art. 1º e indicados no texto do documento que acompanhou o envio do Projeto ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, bem como os constituintes autores de projetos sobre a mesma matéria;

VI) as cópias da documentação, até a quantidade de 10 (dez) por documento, serão preparadas pelos serviços administrativos da Assembléia, para uso dos membros da Comissão Especial, e deverão ser cedidas, gratuitamente, a uma Comissão de Coordenação dos signatários do Projeto;

VII) os debates do Projeto na Comissão Especial deverão ser divulgados pela imprensa oficial da Assembléia, em jornais de circulação nacional, pelo rádio e pela televisão, em cadeia nacional, devendo o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte requisitar das concessionárias os horários requeridos para o cumprimento desta exigência, até o limite de 60 (sessenta) minutos de tempo de rádio e 20 (vinte) minutos de tempo de televisão e fixados entre as 19,00 hs. e 22,00 hs.

VIII) o uso do tempo referido no item anterior será dividido, em igual proporção, entre pessoas indicadas pelo Presidente da Comissão Especial e pessoas indicadas pela Comissão de Coordenação dos signatários do Projeto;

IX) o parecer da Comissão Especial será pela aprovação, rejeição, aprovação com emendas do texto original do Projeto, pela aprovação, rejeição ou aprovação com emendas dos projetos anexados, bem como pela aprovação de substitutivo, elaborado na própria Comissão e versando sobre a matéria do Projeto;

X) com o parecer da Comissão Especial, o Projeto será enviado a Plenário, no prazo de 5 (cinco) dias, sem necessidade de parecer das Comissões Técnicas;

XI) na sessão ou sessões de debate do Projeto, antes de dar a palavra aos oradores inscritos, o Presidente assegurará a palavra ao Relator, designado pela Comissão Especial, pelo prazo total de 60 (sessenta) minutos;

XII) após os debates, o parecer da Comissão será posto em votação, podendo ser aprovado ou rejeitado pela maioria absoluta dos Constituintes, sem possibilidade de Emendas do Plenário.

XIII) dependerão de ratificação em referendo popular as matérias que, aprovadas pela maioria absoluta, houverem recebido voto contrário de 1/5 (um quinto) ou mais dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 3º — O referendo popular, de que trata o inciso XIII, do artigo precedente, poderá ser requerido, ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, até o prazo de 15 (quinze) dias anteriores ao término dos trabalhos constitucionais, por um ou mais representantes daqueles cujos votos foram contrários.

§ 1º — É facultado a qualquer cidadão ou entidade mencionados no art. 2º, inc. V, o direito de requerer o referendo popular, nos termos previstos neste artigo.

§ 2º — O Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, no prazo de 75 (setenta e cinco) dias, contados do recebimento da petição prevista neste artigo, deverá providenciar a realização do referendo popular.

Art. 4º — A tramitação prevista no art. 2º aplica-se ao Projeto que satisfaça os seguintes requisitos:

I) seja feita a indicação de representantes de entidades e/ou cidadãos a serem convocados para prestar esclarecimentos a Comissão Especial, e a indicação da Comissão Coordenadora, encarregada de acompanhar o andamento do Projeto na Assembléia Nacional Constituinte;

II) as assinaturas de cidadãos e/ou representantes das entidades referidas no art. 1º sejam apostas em formulários impressos que indicarão: nome, qualificação, RG ou CIC ou Carteira Profissional de cada cidadão assinante, bem como denominação, qualificação, endereço, CGC e estatuto de cada entidade subscritora do Projeto;

III) cada formulário contenha o nome, endereço, RG e CIC do responsável pelo recolhimento das assinaturas, e seja encimado por cabeçalho com o texto do Projeto.

Art. 5º — Responderá por crime de falsidade ideológica o responsável por recolhimento de assinaturas que apresentar formulário com uma ou mais assinaturas falsas.

CONSTITUINTE

PLENÁRIO NACIONAL

PRÓ-PARTICIPAÇÃO POPULAR

Brasília, 1º de fevereiro de 1987.
